

Clóvis Moura e a crítica da economia política para interpretar o Brasil

Clóvis Moura and the critique of political economy to interpret Brazil

Jaime León¹

Carla Curty²

Resumo

O objetivo é realizar uma análise do aporte de Clóvis Moura enquanto um intérprete do Brasil que deve ser reivindicado nas ciências econômicas. Em particular, analisa-se como Clóvis Moura tem uma visão crítica da totalidade brasileira e consegue traçar controvérsias com nomes consagrados nos debates de formação econômica do Brasil, indo além do debate consolidado. A hipótese de trabalho é que o autor enxerga nas relações raciais no Brasil elementos que estruturam uma formação social específica, assim como formas de exploração econômica e formas de dominação social. Ademais, atribui agência e um potencial revolucionário ao negro brasileiro. Conclui-se que o sociólogo fornece uma chave de leitura própria e original do capitalismo dependente e que deve ser reivindicada nas ciências econômicas na área de História Econômica do Brasil.

Palavras-chave: Clóvis Moura; interpretações do Brasil; crítica da economia política, relações raciais; capitalismo no Brasil

Abstract

The objective is to analyze Clóvis Moura's as an interpreter of Brazil that should be vindicated in economic sciences. In particular, it analyzes how Clóvis Moura has a critical view of the Brazilian formation and manages to draw controversies with renowned names in debates on the economic formation of Brazil, going beyond the consolidated debate. The working hypothesis is that the author sees in racial relations in Brazil elements that structure a specific social formation, as well as forms of economic exploitation and forms of social domination. In addition, he attributes agency and revolutionary potential to black Brazilians. It is concluded that the sociologist provides a unique and original key to reading dependent capitalism that should be vindicated in economic sciences in the area of Economic History of Brazil.

key-words: Clóvis Moura; interpretations of Brazil; critique of political economy; racial relations; dependent capitalism

¹ Professor do IE-UFRJ

² Professora do IE-UFRJ

Introdução

Ao abordarmos algumas importantes contribuições para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) acerca do processo de formação socioeconômica do país, o nome de Clóvis Moura geralmente não configura entre os nomes elencados nas obras de referências, como pode ser evidenciado em estudos importantes como os de Mantega (1984); Bielschowsky (1988); Ricupero (2008); Malta *et ali.*, (2011).

Dentro do debate historiográfico, por exemplo, Grespan (2015) apresenta uma renovação que ocorreu na historiografia marxista brasileira, na segunda metade do século XX, a partir do estudo da escravidão moderna. Apesar de um rico e detalhado panorama da historiografia socioeconômica que debate a funcionalidade da escravidão moderna para o surgimento do capitalismo, a contribuição e o pioneirismo de Clóvis Moura foram, deixados de lado das consagradas interpretações de Brasil.

Nas ciências sociais, em geral, o debate sobre a importância da especificidade das relações raciais no Brasil desde os tempos de colônia é lido, em geral, como uma característica importante da sociedade e da economia brasileira, uma vez que a diversidade de raças existentes no país é fruto da chegada dos colonizadores europeus brancos, com suas instituições, costumes e formas de coerção. Isto teria possibilitado um amálgama muito diverso em termos econômicos, demográficos, culturais, políticos, militares e socioespaciais. A contribuição dos povos colonizados, segundo a tradição culturalista, não teria passado de aportes exóticos à forma de vida do colonizador, no âmbito da culinária, da linguagem, da vestimenta, da religião etc. Segundo tal linha de interpretação, as populações oprimidas teriam aportado para a formação socioeconômica brasileira de forma subserviente e passiva (Paixão, 2015).

É sabida a importante contribuição da sociologia de Gilberto Freyre como um dos primeiros autores a reivindicar a importância das relações raciais no Brasil com sua análise sobre o “equilíbrio de antagonismos” da sociedade brasileira Freyre (1933), na qual a conclusão do autor remete a um controverso projeto de Brasil em que as raças coexistentes tenderiam a ter relações harmônicas. Esta suposição seria justificada, pelo sociólogo, por conta do trato dos colonizadores portugueses com muita diversidade cultural ao longo de séculos de relações com outros povos.

Na historiografia consolidada nas ciências econômicas, em particular, o estudo das relações raciais na formação socioeconômica brasileira colonial e imperial tem se resumido ao entendimento da forma de uso que aqueles colonizadores brancos europeus fizeram da mercadoria força de trabalho representada, primeiro, na figura do escravizado “indígena” dos povos originários e, em seguida, na figura do escravizado negro africano. Tais populações eram consideradas para os colonizadores como: i) mero “fator de produção”, importante nos diversos ciclos econômicos da economia agroexportadora

tropical e na construção da vida socioeconômica e ii) valiosa “mercadoria” a ser transacionada, primeiro, no comércio atlântico triangular e depois no interprovincial. As obras *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* de Caio Prado Jr., de 1942, e *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado, de 1959, são algumas evidências desta leitura do uso do escravizado enquanto objeto e fator de produção do “empreendimento comercial europeu” que se deu na América (Paula, 2021). O problema reside no fato de estas obras clássicas serem traduções do Brasil que não reconhecem a participação ativa dos povos colonizados e oprimidos (povos originários, negros africanos e seus descendentes) no processo de fazer a história do país.

Segundo Ianni (2000) foi na virada do século XIX para o XX que se deu construção daquilo que viria a ser o capitalismo no Brasil, pois a força de trabalho escravizada passava a ser considerada livre e os novos representantes da classe trabalhadora estavam desapropriados de quaisquer meios de produção, tendo que recorrer ao mercado de trabalho assalariado para sobreviver. A partir de então, o estudo das relações raciais no Brasil sofre forte influência da ideologia do branqueamento construída na Europa e que ganha contornos muito específicos no Brasil (Goés, 2015).

A mudança do *ethos* do trabalho nesta época demandou, por parte das elites dominantes, que se substituísse o principal agente humano gerador de valor até então, o escravizado negro, pelo europeu imigrante branco. É desta transição que data o mito de que no Brasil as relações raciais são mais harmônicas do que em outros países que tiveram a escravidão negra moderna e as relações raciais são explicitamente conflitantes, como os E.U.A. e a África do Sul. O Brasil, alegava-se neste período, estaria numa transição rumo ao século XX construindo uma democracia racial, pois as diferentes raças potencialmente gozavam de mesmo *status* civil (cidadãos livres), conviviam nos mesmos espaços e se relacionavam e reproduziam. Coube ao movimento negro do século XX e a alguns intérpretes do Brasil de caráter extremamente radical, tendendo à revolução, esmiuçar este mito e realizar uma leitura crítica do lugar do negro e da atual condição da democracia brasileira no capitalismo dependente que aqui se formava. Clóvis Moura foi um destes autores.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise da contribuição de Clóvis Assis Steiger Moura (1925-1994) para classificá-lo enquanto um intérprete do Brasil que deve ser reivindicado no estudo das ciências econômicas. Em particular, o artigo analisará como Clóvis Moura, ao fazer rigorosa instrumentalização da crítica da economia política marxista, tem uma potente visão de totalidade da realidade brasileira e consegue contribuir desvendando os principais desafios de um país que se tornou capitalista tendo como uma de suas molas propulsoras relações raciais que sob diversos pontos de vista são exploratórias, opressoras e repressoras. A hipótese de trabalho é que o autor enxerga nas relações raciais no Brasil e no racismo dele derivado elementos que estruturam as formas de exploração econômica e as formas de dominação política, cultural, social e espacial. Ademais, ao contrário das leituras sobre a contribuição culturalista e da historiografia econômica consolidada,

Clóvis Moura atribui agência e um potencial revolucionário ao negro brasileiro. Assim, o sociólogo é um intérprete do Brasil original que contribui para a leitura da formação social brasileira de maneira única.

Muito embora a obra do autor piauiense sempre tenha sido reivindicada pelo movimento negro organizado no Brasil, na academia a realidade é outra, como supracitado. Não obstante, nas ciências sociais recente, já há literatura em profusão que classifica Clóvis Moura enquanto um representante central do debate. Isto se pode ver na tese *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl* de Weber Góes (2015); no livro *Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra* de Fábio Nogueira de Oliveira (2016); *O contrário de “Casa Grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura* de Ana Paula Procópio (2017); no livro *Clóvis Moura e o Brasil* de Márcio Farias (2019); no livro *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* de Dennis Oliveira (2021); no artigo *Clóvis Moura como intérprete marxista da América Latina: notas aproximativas* de Patrick Oliveira (2023); na tese *A centralidade da questão racial nas lutas de classe no Brasil; um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização* de Sandra Vaz Silva (2024) e no artigo *Capitalismo e Escravidão: uma crítica ao ensino das ciências econômicas no Brasil* de Jaime León (2024). Estes são somente alguns exemplos que não exaurem a produção atual sobre a obra de Moura. Tal movimento tem sido empreendido pela militância negra que é atuante na academia e por uma nova geração de intelectuais que estão tratando de renovar o estudo das relações raciais e das ciências econômicas no Brasil a partir da crítica da economia política.

Este artigo, além desta introdução e das considerações finais, conta com quatro seções. Na primeira, discorre-se sobre a categoria “interpretações do Brasil”, analisando-se sinteticamente seu conceito, sua importância prática e teórica e a renovação do debate com o estudo da escravidão e do racismo feita na obra de Clóvis Moura; a partir de então, o artigo está estruturado em três eixos de forma a analisar aquilo que é considerado neste artigo como os pilares da obra de Clóvis Moura. Na segunda seção, debate-se a centralidade da luta de classes e a importância da luta antirracista; na terceira seção debate-se a importância da discussão acerca da subjetividade do negro e das formas sociais; na quarta seção debate-se a atualidade do seu pensamento para se pensar as desigualdades socioeconômicas que giram em torno das diferenças raciais no Brasil. Como um trabalho de Formação Econômica do Brasil e HPEB, traçaremos algumas controvérsias importantes nas quais Moura teceu diálogo com outros intérpretes sobre o lugar do negro na formação socioeconômica brasileira.

1- Interpretações do Brasil: o processo de entender a História para construir a nação

De maneira sintética, pode-se identificar as interpretações do Brasil como uma abordagem historiográfico-analítica que tenta traduzir o movimento histórico do país nos seus condicionantes econômicos, sociais, culturais, históricos e políticos. O estudo das chamadas interpretações do Brasil busca identificar nas (e nos) intérpretes as origens de debates que constituem as principais discussões necessárias para a compreensão do Brasil na atualidade. Tradicionalmente, localiza-se a origem destes debates, conforme destaca Ricupero (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX. Entretanto, a discussão desdobra-se e ganha contornos de produção sistemática com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, a partir das décadas de 1920 e 1930, com criação da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1920, a USP em 1934 e, depois delas, uma série de outras instituições.

Como se apreende por Schwarz (2014), no Brasil as ideias aparentam estar fora do seu devido lugar, mas se se olha de forma crítica percebe-se que tais ideias ganharam contornos específicos quando aplicadas à realidade latino-americana, em geral, e brasileira, em particular. No Brasil, pelo menos desde o começo do século XIX, vigorava uma ideologia da modernização por conta da vida da família real portuguesa em 1808, a qual redundou na introdução de uma série de instituições consideradas modernas e, portanto, consideradas civilizadas por seguir o padrão estabelecidos pelos europeus quando do início da era moderna. Assim foi o caso com a criação do Banco do Brasil, da Biblioteca Nacional, dos Correios e do Museu Nacional em 1808 e com uma série de outras transformações socioeconômicas pelas quais o país passou ao longo do século XIX. Em tendo a hegemonia da condução do processo civilizatório no Brasil, devido ao seu poderio econômico e militar, os europeus ignoravam os saberes tradicionais dos povos originários e das populações transplantadas da África como contribuições relevantes à formação do Brasil.

No que toca aos autores que se debruçaram em traduzir o Brasil ao longo do século XX, conforme apontam Curty, Malta e Borja (2021), é possível identificar a questão da formação da nação como pano de fundo de seus trabalhos. Isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional autônomo que pudesse se contrapor à origem colonial e, logo, ao caráter reflexo e dependente prevalecente da economia. Ricupero (2008) destaca como o conceito “formação” é uma questão persistente dos intérpretes do Brasil, estando presente em muitos dos títulos e subtítulos de boa parte das obras consideradas cânones das interpretações do Brasil. A saber: Formação do povo brasileiro de Oliveira Vianna de 1922; Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal de Gilberto Freyre de 1933; Formação do Brasil contemporâneo: colônia de Caio Prado Jr. de 1942; Formação econômica do Brasil de Celso Furtado de 1959; Formação da literatura brasileira de Antônio Cândido também de 1959.

Podemos então recortar o objeto de análise das variadas interpretações do Brasil como a tentativa destes tradutores da realidade brasileira de compreender o seu tempo histórico, o presente,

a partir de uma análise histórica da formação socioeconômica brasileira passada com o fito de construção de um projeto futuro de transformação societária. Os caminhos de leitura dos vários intérpretes foram distintos e com vieses políticos que condiziam com a visão de mundo e interesse de classe correspondente a cada um destes autores. Tanto é assim, que Cândido nos traz uma análise rica de alguns diferentes caminhos possíveis de interpretação do Brasil, dada a diferenciação dos graus de radicalismos presentes em cada autor por ele trabalhado (Joaquim Nabuco, Manoel Bonfim e Sérgio Buarque de Holanda) . Para dar conta deste programa de pesquisa tão vasto que é entender o Brasil, os e as intérpretes deram destaque para os debates em torno das disputas em torno do Estado, da nação, das classes sociais, dos tipos-ideais brasileiros, do povo, das raças, dos modos de produção brasileiros, das possíveis reformas e revoluções etc.

Muito embora esta variada gama de assuntos tratados, houve no debate público e acadêmico apagamentos ou silenciamentos importantes sobre algumas das discussões. É necessário lembrar, como nos convida Ianni (1989), que o Brasil tem uma cultura política autoritária que não permite a discussão e resolução de alguns impasses socioeconômicos. Nominalmente, estamos nos referindo a um debate profundo sobre a discussão do racismo, do sexismo, da exploração e dominação de classe e sobre a possível saída revolucionária. O histórico de golpes e tentativas de golpe de Estado expressam essa resistência às mudanças sociais que apontaram autores como Fernandes (1975) e Ianni (2000).

Nesse contexto, o estudo da interpretação do Brasil de Clóvis Moura nos permite não apenas diagnosticar o país diante dos limites históricos e estruturais da efetiva integração e democratização da sociedade brasileira e de sua formação econômico-social, como também, compreender a configuração contemporânea da economia brasileira em suas dimensões econômicas, sociais e culturais e diagnosticar elementos essenciais dos processos das desigualdades econômicas e sociais no Brasil.

Defendemos que a obra de Clóvis Moura traz importantes reflexões que dialogam com a economia política, com as temáticas relacionadas à produção, à acumulação, à distribuição da riqueza, ainda que não seja um autor estritamente deste campo. Mais notadamente, Clóvis Moura é um autor que faz parte da tradição da crítica da economia política, iniciada por Marx e Engels, e que é uma perspectiva crítica de compreensão da totalidade da realidade capitalista em suas especificidades históricas e que tem a economia política como um (dos muitos) ângulos de análise desta totalidade.

Por fim, vale destacar que Clóvis Moura deve ser lido enquanto um intelectual orgânico da classe trabalhadora brasileira, no sentido gramsciano do termo, na medida em que toda sua interpretação de Brasil está umbilicalmente ligada aos interesses da classe. Isto é comprovado por sua atuação militante no Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual esteve associado até o racha em 1962. A partir de então, passa a ser simpatizante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ademais,

não somente militou dentro e próximo a organizações da classe trabalhadora, como foi militante nuclear do movimento negro ao longo da segunda metade do século XX. Com destaque para sua atuação como fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) em 1975; atuação dentro do Movimento Negro Unificado (MNU) de 1978 e da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO).

Buscar as interpretações do Brasil invisibilizadas dos grupos marginalizados como referência analítica, teórica e histórica não é um movimento em vão e significa também ampliar o campo da história do pensamento econômico e social que tomamos como referência. Para ir além dos cânones da história do pensamento, torna-se fundamental reconhecer que o pensamento econômico e social brasileiro também é forjado fora dos espaços acadêmicos em sentido estrito e que a produção intelectual gerada a partir dos movimentos sociais é parte pujante e partícipe da história do pensamento que deveria estar presente também nos debates sobre formação socioeconômica brasileira.

Nos últimos anos há um movimento de resgate da obra de Clóvis Moura, com reedições de suas obras, em especial, pela editora Dandara, mas também pela editora Anita Garibaldi. Há um processo de racismo epistêmico que invisibiliza e renega autores e autoras que fogem do citado padrão homem-branco e que dão centralidade para outras e outros sujeitos em suas obras e temas. Por esta razão que resgatar autores como Clóvis Moura é uma forma de resistência política.

2 - A luta de classes e a luta antirracista no Brasil

A obra de Clóvis Moura foi rigorosa enquanto o método empregado na análise, o autor fez uma teorização da história brasileira em seu movimento real, tendo como interlocutores o pensamento social brasileiro do século XX e a esquerda brasileira. Além disso, seu método levou em consideração a luta de classes como motor da história brasileira, apontando o que de específico há aqui: seu imbricamento com a luta antirracista. Por fim, Moura teve em toda sua obra uma perspectiva de transformação social comunista.

Entender a interpretação de Clóvis Moura sobre o racismo moderno é chave para compreender como o autor coloca a luta de classes de forma imbricada com luta antirracista. Para o sociólogo, o racismo é “uma arma de dominação ideológica” instrumentalizada para operacionalizar a exploração econômica de certos grupos por outros (Moura, 1994a). Resta então entender o que o autor trabalha enquanto racismo para entender sua relação com a luta de classes no Brasil.

Por um lado, a obra de Clóvis Moura, converge com a análise de Marx sobre a “assim chamada acumulação primitiva de capital”, para quem o capitalismo necessitou de permanente expropriação violenta e organizada para encetar a acumulação capitalista com a colonização ao redor do mundo. Sua obra mais famosa, *Reedições da Senzala* de 1959, parte de uma perspectiva convergente

com a interpretação de Brasil de Caio Prado Jr. (1942), para quem o Brasil nasceu no fim do século XV inserido em relações de produção capitalistas europeias. Desta forma, todo o “sentido da colonização” brasileira teria sido o de orientar as atividades econômicas aqui existentes para o comércio mercantilista europeu em um período de transição de modos de produção. Conforme analisado por Campos (2025), nos anos 1980, quando da publicação da segunda edição de *Rebeliões da Senzala*, Clóvis Moura vai se distanciando da chave de leitura de Caio Prado Jr. e formulando cada vez uma linha própria de interpretação do Brasil, amadurecendo sua leitura de luta classes entre senhores e escravizados, tendo tido inclusive contato com o marxismo negro caribenho de Eric Williams nos anos 1970s. Já entre 1989 e 1994, Campos (2025) sinaliza que a preocupação central de Moura foi o debate sobre a formação social brasileira.

Por outro lado, a obra de Moura foi pioneira, pois mostrou de forma original antes de autores da teoria decolonial ou da história social do trabalho, a especificidade e funcionalidade da diferenciação racial praticada pelos europeus no momento em que se lançaram nas “grandes navegações” iniciadas no século XV. Esta operacionalização da diferenciação humana pela raça era instrumento de legitimação da exploração econômica, política e cultural de todo o processo de colonização.

A partir do momento em que os europeus entram em contato, por rota marítima, com outros continentes e com outras populações, formam um mercado mundial que conecta os grandes continentes. Toda lógica deste mercado mundial durante a era mercantilista foi comandada pelos europeus que se apresentaram ao mundo como brancos, civilizados e modernos. Todos os outros povos e regiões que não os europeus passaram a ser subjugados pelos interesses econômicos europeus, afinal eram quem tinha, naquele momento histórico, um desenvolvimento maior das forças produtivas e militares. Os europeus montaram o comércio triangular entre Europa, África e América para transacionar matérias-primas, metais preciosos, manufaturas e uma mercadoria especial: a força de trabalho escravizada africana.

O racismo, segundo Moura, surgiu como uma forma de legitimar a exploração econômica, o saque às colônias, a violência brutal e organizada contra povos e sobre o meio ambiente operadas pelos novos Estado-nações europeus que surgiram na transição do feudalismo para o capitalismo e resultou na formulação do Antigo Sistema Colonial na América (Moura, 1994a). Ocorre que o racismo nem sempre teve a mesma conotação.

Até o século XVIII, o racismo era embasado em argumentações religiosas embutidas nos mitos bíblicos dos filhos de Noé. A partir do Iluminismo, a ciência passa a ser o fundamento do antropocentrismo e busca justificar a hierarquização entre grupos sociais através de critérios racionais e “científicos”, ao invés de o fazer com supostas designações divinas. Assim, a ciência racista perseguiu ao longo dos séculos XVIII ao XX provar, pelo desenvolvimento da biologia, das teses de

seleção natural e, depois, por meio da bioquímica e genética, a superioridade dos grupos brancos europeus sobre os diversos grupos sociais, reduzidos, desde às grandes navegações, à “não-brancos” (Goés, 2015).

O racismo foi evoluindo ao longo dos séculos de uma discriminação por conta de cor da pele para uma segregação e exploração por conta de outros traços morfológicos, depois por origem geográfica, origem cultural, linguística, religiosa etc. O que Moura (1994a) vislumbrou foi que a partir do momento em que se dá o empreendimento comercial europeu pelo mundo é que o “racismo moderno” nasce e a partir daí assume novas formas com o passar do tempo, sem perder seu conteúdo de dominação ideológica e legitimação para exploração econômica.^[3]

Moura é cirúrgico ao apontar esta faceta externa do racismo imperialista como instrumento de operação da exploração econômica no capitalismo dependente, mas é ainda mais preciso ao apontar as formas de manifestação interna do racismo moderno que, no caso brasileiro, foi instrumento da exploração violenta contra as populações originárias e negras africanas que foram escravizadas em nome da exploração econômica do território, das matérias-primas e dos metais preciosos na época da colônia e do império. No Brasil as lutas entre senhores e povos racializados é a expressão da luta de classes que move a história brasileira. Com as especificidades do colonialismo aqui dentro e seus desdobramentos no tempo, a luta de classes ganhou internamente, e desde o seu princípio, dinâmica própria e um incontornável caráter de raça.

Já sobre o período republicano, Moura descreve as deliberadas ações preventivas que foram gestadas ainda no Império e que resultariam no começo da República na não-integração do negro na vida competitiva do capitalismo emergente em terras brasileiras. Instituições como a tarifa Alves-Branco que tinha cunho protecionista para uma indústria nascente e que ignorava os negros como parte do mercado interno; a lei Eusébio Queirós que proibiu a entrada de escravizados via comércio negreiro marítimo; a lei 601 de 1850 (lei de terras) que tornava praticamente impossível o acesso à terra à população negra, pois exigia a compra monetária a altos preços; o código comercial de 1850 que estabelecia um aparato burocrático para o comércio e instaurava uma série de regras e normas para a garantia dos contratos do mercado interno brasileiro; as leis protetivas (lei do Ventre Livre, lei do Açoite, lei do Sexagenário) visavam garantir o controle da vida social por parte das elites brancas e consolidar que o negro teria barreiras para participar dos centros decisórios da vida brasileira num momento de transição rumo à Abolição, findado o tráfico negreiro internacional. Incorporando teses de Florestan Fernandes, Moura (1994b) afirma que estava desenhado um processo de resistência à mudança social na sociedade brasileira.

Ademais, na transição do Império para a República, houve uma deliberada política do Estado brasileiro de trazer força de trabalho europeia para embranquecer a população e a economia brasileira. A “ideologia do branqueamento” seria a manifestação do racismo brasileiro na virada do século XIX

para o XX, sendo embasada por ideais eugenistas presentes em parte do pensamento social brasileiro da época.

Moura também analisou profundamente outra base do racismo interno brasileiro que andava de mãos dadas com a ideologia do branqueamento eugenista na transição para o século 20: o mito da democracia racial. Esta transição para uma sociedade de classes com a Abolição e a Proclamação da República encetou nos grupos dominantes brasileiros e na intelectualidade que representava aquelas relações de produção dominantes a necessidade de apagar o passado sombrio e violento de três séculos de subjugação através de escravização, de aculturação, de violência e de exploração econômica. Isto seria feito por meio da construção subjetiva de elementos de uma suposta harmonia entre as raças que conviviam no Brasil. Surge então o mito de que no Brasil o racismo e as consequentes formas de segregação social não seriam tão agudos como em outros países de passado escravista, afinal aqui as raças teriam uma relação de simbiose. Moura foi além de apontar a importância cultural do negro na formação brasileira proposta por Gilberto Freyre, pois este último o fez de uma forma que ainda reforçava a propagação da ideia de que este contato teria sido harmonioso.

Podemos afirmar até aqui que Moura tem uma importante contribuição à crítica da economia política por ter visualizado a importância do racismo como arma de dominação ideológica que legitima a exploração econômica dos povos e territórios racializados. Ao acompanhar a trajetória dos tempos históricos brasileiros (Colônia, Império e República), Moura conseguiu apontar muito lucidamente que o conjunto da classe trabalhadora que surge na virada para o século XX é justamente a massa racializada, oprimida e explorada da sociedade brasileira contemporânea. Massa esta que compõe um exército marginalizado no mercado de trabalho e é pautado por uma remuneração muito próxima ao nível de subsistência e renegada a condições deploráveis de vida. É justamente por esse poder de crítica que, segundo Oliveira (2020), Moura estuda a dinâmica das relações raciais como elemento fundamental na estrutura da sociedade de classes brasileira.

Vejamos agora como o autor tratou do debate das formas sociais vigentes, discussão esta que gira em torno da polêmica em torno de um modo de produção escravista no Brasil, e do debate da subjetividade do negro nos períodos que ele chama de escravismo pleno, escravismo tardio e no capitalismo dependente.

3 - Formas sociais vigentes e subjetividade

No prefácio da edição de 2020 de *Dialética Radical do Brasil Negro* (Moura, 1994b), Dennis de Oliveira afirma que esta é a obra-síntese do pensamento de Clóvis Moura. Destacamos a caracterização que ele faz do escravismo brasileiro em dois momentos distintos: o escravismo pleno de 1550 a 1850 e o escravismo tardio de 1850 a 1888. Há, como afirma Oliveira (2020), uma aproximação entre a interpretação de Moura com o debate sobre a existência de um modo de produção

específico à realidade brasileira, tal como elaborara Gorender (1978) com a ideia de modo de produção escravista colonial e suas leis de funcionamento.

Entretanto, como afirmam Oliveira (2020) e Farias (2023), o debate na obra de Moura não ganhou a mesma profundidade e abrangência presente na obra de Gorender a ponto de elaborar leis tendenciais e de funcionamento de um modo de produção específico no período escravista brasileiro. Ao contrário de Gorender (1978), que é categórico em defender um modo de produção especificamente brasileiro e latino-americano, o *escravismo colonial*, Moura (1994b) não afirma especificamente a existência de um modo de produção escravista com uma série de leis de tendência. Todavia, ele cita um modo de produção escravista no Brasil, em tom genérico (Campos, 2025). A obra de Moura teria ficado, de certa forma, restrita à especificação das formações sociais através da historicização original do processo de consolidação e decadência do escravismo no Brasil e a consolidação de um capitalismo dependente dentro da lógica do desenvolvimento desigual e combinado (Oliveira, 2020).

Ao refletir sobre as formações sociais vigentes dentro do Antigo Sistema Colonial e como este se relaciona com a formação do modo de produção capitalista no Brasil na virada do século XIX para o XX, Moura (1994b), trata de analisar a estrutura econômica brasileira a partir da grande exploração agrária no Brasil, com a célula fundamental do latifúndio monocultor com força de trabalho escravizada (indígena e depois negra), seguindo a perspectiva de Prado Jr (1942). Entretanto, como destacam tanto Oliveira (2020) como Farias (2019), uma das grandes contribuições de Moura foi ter, desde os anos 1950s, destacado o papel de agência política do negro no Brasil. Assim, é sintomático na obra do sociólogo o estudo do escravismo no Brasil a partir de uma leitura que combina a função da estrutura econômica da principal atividade produtiva no país com a agência política do negro e este enquanto sujeito político.

Importa aprofundar a caracterização dos períodos de escravismo que o autor apresenta, pois representam contribuições originais do autor e ajudam a entender como a subjetividade do ser negro é transformada neste período de intensa modernização social sem mudança que foi o a virada do século XIX para o XX. Segundo, Moura (1994b) entre 1550 e 1850 vigorou no Brasil o escravismo pleno marcado pela inserção do Brasil no incipiente mercado mundial iniciado pelo mercantilismo europeu na era das grandes navegações.

Segundo Moura (1994b), os rasgos fundamentais desta formação social seriam o monopólio comercial com a metrópole até 1808; a produção praticamente exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial; o tráfico de escravizados da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na metrópole; subordinação total da colônia à metrópole e impossibilidade de acumulação de capital interna; o latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade; uma legislação repressora, violenta e sem apelação contra

os escravizados, baseados nas ordenações filipinas; por fim, a luta solitária dos escravizados contra o instituto da escravidão de forma ativa e radical. Tal período ensejou uma lucratividade voltada para o mercado externo e conseguiu manter sob controle as revoltas e outras formas de descontentamento. Todavia, e aqui está a riqueza de Moura, o escravismo pleno foi marcado pelo caráter de luta ativa dos escravizados que se organizaram nos quilombos, guerrilhas e insurreições contra a opressão colonial e imperial.

Este período de escravismo pleno foi marcado por três séculos de escravização e foi substituído no meio do século XIX por aquilo que ele denominou de escravismo tardio (1850-1888). Tardio por ter sido num momento histórico que, para o mercado mundial, a escravização negra africana estava sendo posta em desuso, principalmente pelo império britânico que comandava a difusão do trabalho assalariado ao redor dos quatro cantos do mundo a fim de conquistar mercados consumidores para sua economia industrial.

Como rasgos fundamentais do escravismo tardio, Moura (1994b) aponta as instituições supracitadas que foram responsáveis por uma transição lenta, gradual e segura para o trabalho assalariado no Brasil, de forma a perpetuar o poder econômico e político na mão dos grupos dominantes brancos. Destarte, os principais traços deste escravismo tardio seriam relações de produção escravistas diversificadas regionalmente e acentuadas nas regiões de dinamismo econômico com a produção de café (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo); parcela de trabalhadores livres em áreas decadentes e na própria região cafeeira; concomitância de relações capitalistas (subordinado ao capitalismo monopolista de fins do século XIX) e relações escravistas; subordinação ao capital internacional em áreas relacionadas à urbanização como a construção de ferrovias, setor bancário e financeiro, casas comerciais, iluminação a gás, telefonia e setor exportador; urbanização e modernização sem mudanças nas relações de produção fundamentais; o tráfico interprovincial derivado da lei Eusébio de Queirós que proibiu a entrada de escravizados por comércio internacional; legislação protetora da mercadoria força de trabalho escravizada; a luta de escravizados em aliança com outros segmentos sociais com caráter passivo, pois tutelado por cima.

Não obstante a esta inovadora caracterização das formações sociais no Brasil colonial e imperial, Oliveira (2020) aponta que a riqueza da obra-síntese de Moura está em apontar de forma muito original como a transição do escravismo tardio para o capitalismo dependente se deu com a descentralização republicana, num período de intensa instabilidade política, econômica e social do país.

Oliveira (2020), destacou como Moura percebeu que esta transição para o capitalismo dependente no começo do período republicano foi uma verdadeira *modernização conservadora*. Num primeiro momento, o complexo econômico cafeeiro puxou uma série de atividades nos centros urbanos relacionados ao café e promoveu a urbanização de algumas regiões concentradas na cidade

de São Paulo. Um dos desdobramentos de resguardar os interesses da economia cafeeira, foi que o Estado brasileiro, após a crise de 1929 e o golpe de Vargas, passou a assumir a industrialização como tarefa da economia brasileira do século XX. Neste século, o negro é incorporado à classe trabalhadora de forma desorganizada, com muitas barreiras postas a um processo de conscientização do seu lugar na geração de valor no país e de percepção organizada de seu potencial revolucionário. É verdade que o conjunto da classe trabalhadora ainda estava difuso e as influências da revolução russa demoraram a ganhar contornos comunistas no país, tendo o Partido Comunista do Brasil sido fundado só em 1922. Para o negro, o processo foi ainda mais penoso, pois além da desorganização da classe trabalhadora, pesava sobre ele uma ideologia branqueadora e uma lógica racista de exploração do trabalho e de dominação social.

Ao contrário de boa parte do pensamento social da época, Moura (1994b) negou um caráter retrógrado ao racismo vigente, como se este fosse um resquício de formas sociais atrasadas no país. O racismo, segundo o autor, foi instrumentalizado pela ideologia do branqueamento e do mito de democracia racial para ser funcional ao tipo de capitalismo que aqui se afirmou e que impossibilitou a integração democrática do negro na sociedade nova (Silva, 2024). Com o tempo, o racismo brasileiro virou operacional ao capitalismo brasileiro ao dar um caráter específico ao desenvolvimento desigual e combinado à acumulação de capital a partir de relações de classe e de raça específicas dentro do país diante de uma certa localização na divisão internacional do trabalho. Estes instrumentos ideológicos trataram de deslocar o negro, enxergado como um escravo subserviente no fim do Império para ser visto como um mau cidadão no começo do período republicano por não se adaptar à nova realidade social, como se o problema de deslocamento social do negro fosse responsabilidade do próprio negro (Moura, 1977).

Clóvis Moura tratou de refutar esta armadilha ideológica analisando os movimentos de resistência e oposição à escravização pelos escravizados durante a Colônia e o Império e tratou de entender as implicações da deformação da subjetividade negra oriunda da introdução de uma sociedade de classes de teor racista sobre o negro recém-liberto no começo da República.

A questão das lutas e resistências dos escravizados, em especial, dos negros e das negras, mas também dos indígenas, é um dos temas centrais das análises de Clóvis Moura e sua interpretação do Brasil. Desde sua grande obra da juventude, *Rebeliões da Senzala* (1959), até sua última publicação póstuma *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* (2004) Clóvis Moura (1959; 1988; 1994b; 2004) revela como a dinâmica da luta de classes no Brasil não é um fruto do século XIX, mas sim, faz parte de todo o processo histórico brasileiro, desde a colonização e a escravização, tendo como antagonismos de classe fundamental na relação senhor (proprietário)-escravizado (despossuído) e tendo os escravizados agência e sendo sujeitos políticos efetivos, protagonistas das transformações sociais no Brasil e da abolição da escravidão através de sua luta, resistência, rebeldia

e quilombagem. Assim, Clóvis Moura, como destaca Farias (2019) representa um importante ponto de virada nas análises da historiografia contemporânea sobre a escravidão no Brasil.

4 - Questão racial e desigualdade socioeconômica no Brasil

Um dos principais elementos de diálogo crítico feito por Clóvis Moura com as interpretações canônicas do Brasil está em sua sólida crítica ao mito da democracia racial - muitos autores e muitas autoras ao longo da segunda metade do século XX fizeram esta crítica como Abdias Nascimento, Milton Santos, Lélia Gonzalez, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, para citar alguns. Ao revelar como o racismo está enraizado na formação socioeconômica brasileira, Clóvis Moura revela também o entrelaçamento entre o capitalismo e o racismo na sociedade brasileira.

Destacamos que as principais contribuições de Clóvis Moura para a compreensão da formação socioeconômica brasileira se centram em sua análise do processo da escravidão no Brasil e como esta análise contribuiu para repensarmos a historiografia da escravidão no Brasil. Todavia, suas análises sobre a configuração do trabalho assalariado-livre no Brasil após a Abolição e o processo de marginalização e segregação da população negra no mercado de trabalho capitalista moderno também são análises fundamentais para compreendermos a formação socioeconômica brasileira, em especial, para a compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Como podemos sintetizar a partir de sua obra *Dialética radical do Brasil Negro* (1994), a obra de Clóvis Moura como um todo nos permite compreender as dinâmicas das relações raciais como um elemento fundamental e estruturante das relações sociais no Brasil. Tomamos como referência, em especial, as obras *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1977), *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988) e *Dialética radical do Brasil Negro* (1994).

O processo de consolidação do capitalismo dependente no Brasil para Clóvis Moura foi um típico caso do paradigma de Lampedusa em *O leopardo*, “tudo deve mudar para que tudo permaneça como está”. A escravização foi abolida, configurou-se um mercado de trabalho a princípio livre e assalariado, mas manteve-se elementos essenciais de exclusão, opressão e segregação da população negra.

Conforme citamos acima, Moura (1994) destaca que a Lei de Terras (1850) negava à população negra acesso à posse de terras, o que vai continuar mesmo depois da Abolição. Este processo já marca uma das características fundamentais da estrutura fundiária brasileira - a concentração de terras nas mãos da elite branca, inclusive, herdeira da escravização.

Em acréscimo a este elemento, temos os processos de branqueamento da classe trabalhadora no Brasil, com as migrações europeias do século XIX, que vão cindir a classe trabalhadora brasileira. Moura (1977; 1988) explicita o quão violento e excludente foram os processos pós-Abolição (1888) para as populações negras. Não só não foram instituídos mecanismos, instituições e dinâmicas de

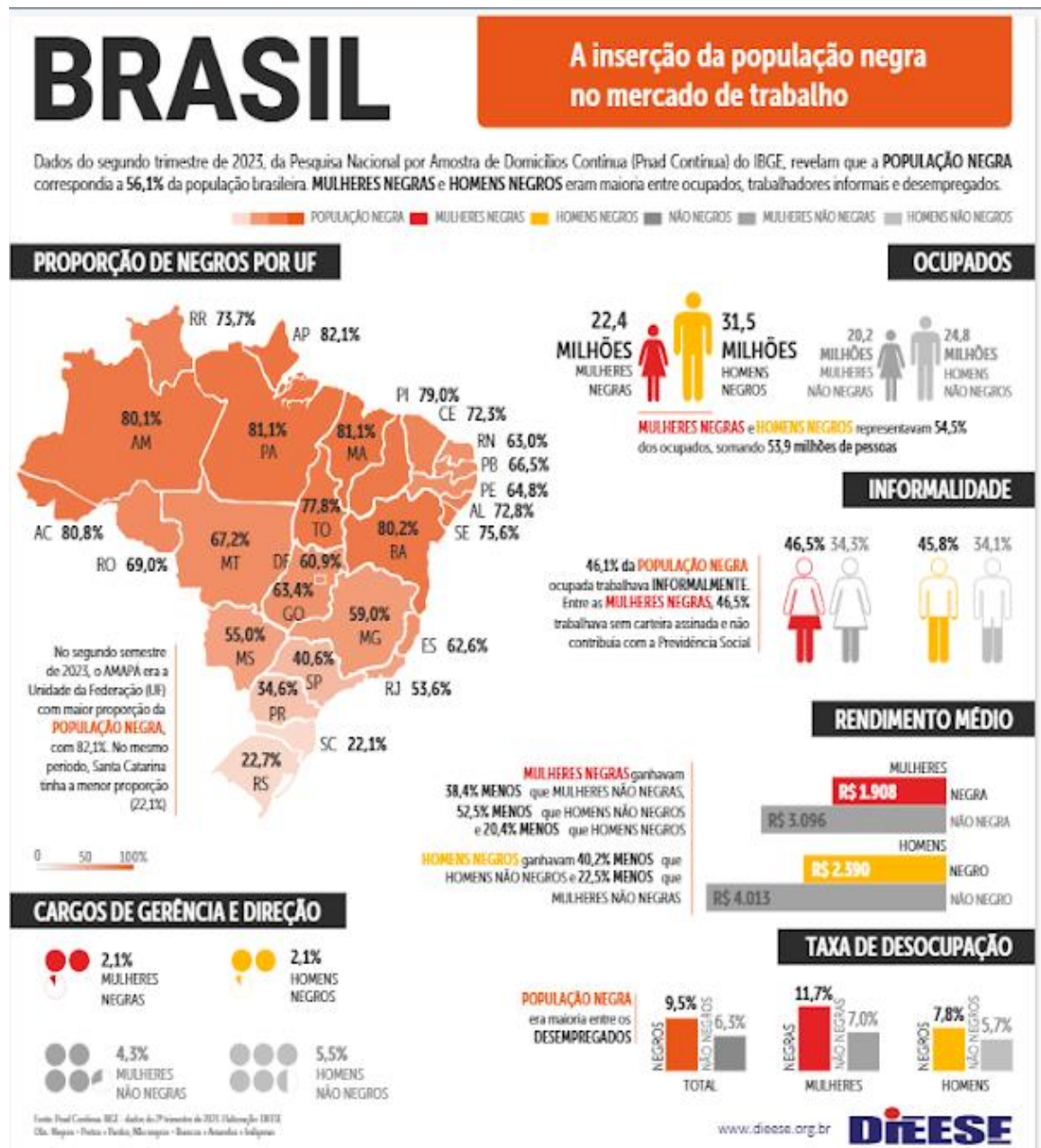
integração dos grupos de ex-escravizados (Moura, 1977; 1988; 1989; 1994), como também se configurou uma divisão social e racial do trabalho hierarquizada a partir da estrutura social e racial estratificada herdada do período escravocrata.

Moura (1977; 1988) analisa como concomitantemente ao processo de decomposição do sistema escravista, aumentava a entrada no país de imigrantes europeus brancos para servir como força de trabalho. Este foi um processo altamente lucrativo no empreendimento e no complexo mercantil criados a partir da importação da força de trabalho europeia para atuar na agricultura (em especial, nas lavouras de café), na extração e na indústria nascente. E que foi legitimado por discursos e justificativas racistas e discriminatórias que garantiam a segregação social e econômica da população negra, consolidada por mecanismos políticos, sociais, culturais e econômicos de barragem das populações negras.

As trabalhadoras e os trabalhadores negros que eram a base fundamental da produção no Brasil - principalmente nos setores mais lucrativos - passam a ser, no discurso oficial e no pensamento social da época, taxados como inábeis, indisciplinados e incapazes de realizar os trabalhos “modernos” do pós-abolição e que estes deveriam ser realizados pelos brancos, que seriam superiores e mais hábeis. Progressivamente, a população negra vai sendo marginalizada na dinâmica produtiva brasileira. Assim, estrutura-se o mercado de trabalho brasileiro com base na falseadora ideologia do branqueamento e do racismo.

A configuração da classe trabalhadora pós-abolição se estrutura hierarquicamente e racialmente cindida. Nos trabalhos qualificados e melhor remunerados, os estratos da classe trabalhadora brancos eram (e são até hoje) maioria e nos trabalhos mal remunerados, precarizados, braçais e considerados piores, os estratos da classe trabalhadora negros eram e são maioria. Moura (1977; 1988) vai inclusive analisar os processos de segregação racial e racismo dentro da classe trabalhadora brasileira. Às populações negras na configuração do capitalismo brasileiro couberam os papéis de trabalho precarizado, subempregos e base do exército industrial de reserva. E estes papéis são fundamentais para a dinâmica de acumulação, exploração e extração do excedente no capitalismo brasileiro. O infográfico abaixo traz, no âmbito do mercado de trabalho contemporâneo, uma foto da realidade de segregação racial e sexual do trabalho, deixando evidente que as piores condições, remunerações e posições de trabalho cabem à população negra.

Infográfico 1 - Inserção negra no mercado de trabalho (Brasil - 2024)



Fonte: DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/conscienciaNegraInfo.html>. Acesso 24/03/2025.

Esta leitura crítica, denuncia o substrato de luta de classes da hierarquização racial que se origina na escravização, que se reconfigura no capitalismo dependente brasileiro, que aparentemente pode ser vista como uma situação harmoniosa, tal como nas leituras da “democracia racial”. Na realidade, o capitalismo no Brasil foi estruturado nos processos de segregação, negação de direitos (educação, participação política, propriedade privada, entre outros) e de violências (do Estado, acultramento, violências subjetivas, entre outros) contra as populações negras.

Esta lógica discriminatória que se disfarçava em aparente explicação racional para a segregação era tão dominante que foi perpetuada em muitas das explicações mais difundidas na história econômica brasileira sobre a configuração da força de trabalho no pós-abolição, mesmo em relação a autores do campo desenvolvimentista, como Celso Furtado, Moura (1988) apresenta uma contundente e direta crítica à leitura de que o negro era mero fator de produção e incapaz de se organizar e protestar contra sua posição discriminada e oprimida.

Na análise de Clóvis Moura sobre o processo de relações sociais de produção capitalistas (dependentes) no Brasil, a existência da grande massa de trabalhadores negros e trabalhadoras negras marginalizados contribui estruturalmente para a dinâmica de exploração do trabalho no Brasil e as instituições políticas e sociais que se consolidam no Brasil republicano vão servir como mecanismos para manter os grupos negros marginalizados e para reprimir os possíveis movimentos contestadores.

Não só o racismo tem associação direta com os processos da assim chamada acumulação primitiva e da escravização nos períodos colonial e imperial, mas está essencialmente interligado à gênese de configuração do capitalismo brasileiro. A partir da análise de Clóvis Moura é inegável a necessidade de associação essencial entre a luta antirracista e a luta anticapitalista. Os processos de opressão de classe e os processos de opressão racial são indissociáveis na formação socioeconômica brasileira e na configuração do capitalismo dependente brasileiro. Assim, compreender as relações raciais e os processos de racismo no Brasil são elementos centrais para compreendermos o capitalismo no Brasil, e não assuntos laterais ou secundários. E a luta revolucionária no Brasil é, em essência, ao mesmo tempo antirracista e anticapitalista.

Considerações finais

A totalidade da obra de Clóvis Moura representa a análise de um verdadeiro intelectual orgânico da classe trabalhadora brasileira e dos movimentos negros brasileiros. Clóvis Moura foi fundamentalmente um intelectual militante. Suas obras e contribuições analíticas foram escritas fora do meio acadêmico. Inclusive, ele encontrou muitos obstáculos no diálogo com o meio acadêmico e teve muita dificuldade em encontrar reconhecimento na academia brasileira.

Mas, apesar de todos os obstáculos gerados pela recusa do meio acadêmico em reconhecer Clóvis Moura e suas contribuições, o fato de as análises de Clóvis Moura terem sido realizadas no âmbito da militância política e social talvez seja um dos principais méritos de sua obra.

O fato de Clóvis Moura ter sido um intelectual orgânico dos movimentos negros e da classe trabalhadora brasileira o tornou um intelectual mais robusto e suas análises mais pujantes para podermos compreender a formação socioeconômica brasileira. Por estar fora da academia, Clóvis Moura conseguiu ter maior autonomia e manter seus compromissos de luta com as demandas dos movimentos sociais, em um caminho de construção do conhecimento que o próprio autor defende em

sua obra de 1978, *Sociologia Posta em Questão* e no corpo de análise que apresenta em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988). Nos termos de Oliveira (2011), a análise de Clóvis Moura pode ser circunscrita em sua *práxis negra*.

A partir do que apresentamos ao longo deste artigo, reivindicamos Clóvis Moura como um autor fundamental para analisar a formação socioeconômica brasileira, pois é um radical crítico da economia política brasileira. Suas obras devem ser incluídas nos currículos de história econômica, formação econômica do Brasil e economia brasileira. Economistas formados no Brasil ou que atuem na economia brasileira precisam conhecer suas análises para terem uma visão de totalidade mais abrangente da realidade brasileira.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

CAMPOS, Gabriel. **Clóvis Moura e a interpretação histórica do Brasil escravista: uma reconstituição de seu eixo de análise entre 1959 e 1994, a partir da controvérsia historiográfica marxista sobre a caracterização do Brasil colonial e imperial**. Dissertação de mestrado. Campinas. Unicamp. 2025.

FARIAS, Márcio. *Clóvis Moura e o Brasil*. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

FARIAS, Márcio. **Interpretações do Brasil no olho do furacão: uma crítica via Clóvis Moura**. Entrevista. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gcGST9Tgjm8&t=777s>. Acesso em 30/04/24.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: editora globo. 1975 [2011].

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Global Editora. 1933 [2003].

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1959 [2006].

GOÉS, Weber. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. Dissertação de mestrado. Marília. Unesp. 2015.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. Expressão Popular: Perseu Abramo. 1978 [2016].

GRESPLAN, Jorge. The renewal of Marxist historiography through the study of enslavement. ZACHARIAH, B.; RAPHAEL, L.; BERNET, B. **What's left of Marxism**, v.2, 2015.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. Tempo social. USP. 2000.

LEÓN, Jaime. **Capitalismo e Escravidão: uma crítica ao ensino das ciências econômicas no Brasil**. Salvador. Revista Germinal: marxismo e educação. 2024.

MALTA, Maria Mello de *et al.* “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. In: MALTA, Maria Mello de. (coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 23-52.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi. 1959 [2020].

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 1977 [2021].

MOURA, Clóvis. **Sociologia Posta em Questão**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma de dominação ideológica**. Revista Princípios. n34. 1994a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em 30/03/24.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. 1994b. [2020].

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 [2022].

OLIVEIRA, Fabio Nogueira de. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. **Plural** (São Paulo. Online) [S.1], v.18, n. 1, p. 45-64, jan. 2011.

OLIVEIRA, Fabio Nogueira de. **Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra**. Eduneb. 2016.

OLIVEIRA, Dennis. **Prefácio**. In: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. 1994b. [2020].

OLIVEIRA, Patrick. **Clóvis Moura como intérprete marxista da América Latina: notas aproximativas**. Dossiê Clóvis Moura- Lutas Sociais. 2023.

PAIXÃO, Marcelo. **Antropofagia e racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais**. FLACSO. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

PROCÓPIO, Ana Paula. O contrário de “Casa Grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro. UFRJ. 2017.

RICUPERO, Bernardo. Setelições de interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda. 2008.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2014.

SILVA, Daniel. O racismo como condição estrutural da economia brasileira: da escravidão ao capitalismo. Marabá. Encontro Nacional de Economia Política. 2024.

SILVA, Sandra Vaz. A centralidade da questão racial nas lutas de classe no Brasil; um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro. UFRJ. 2024.